

ANÁLISE OTIMALISTA DOS ACRÔNIMOS DE TRÊS LETRAS: CONSIDERAÇÕES MORFOFONOLÓGICAS

Bruno Cavalcanti Lima (IFRJ)
bruno.lima@ifrj.edu.br

Introdução

De acordo com a tradição gramatical, a morfologia do português caracteriza-se, basicamente, pela produção de novos itens lexicais a partir da concatenação de formativos, ou seja, novas palavras da língua são geradas com base no acréscimo de afixos, no caso da derivação, como em ‘fazer’ > ‘refazer’, ou com o encadeamento de radicais ou bases, como ocorre em ‘passa’ + ‘tempo’ > ‘passatempo’.

É necessário notar, todavia, que alguns itens lexicais não são gerados por meio do acréscimo de elementos morfológicos, como se pode observar em ‘Isabel’ > ‘Bel’ ou ‘Bebel’; ‘Maracanã’ > ‘Maraca’ e ‘macarrão’ + ‘maionese’ > ‘macarronese’. Constata-se, nesses exemplos, que não há concatenação de formativos, mas perda de segmentos para que novos significados sejam veiculados na língua.

Gonçalves (2013) chama de casos de morfologia subtrativa os processos que formam novos vocábulos a partir da perda de segmentos. Esses processos não são contemplados pela gramática tradicional, uma vez que fenômenos dessa natureza, segundo alguns gramáticos, são considerados “subsidiários” em português (ROCHA LIMA, 2003) ou são dispostos sob o rótulo genérico de “abreviação vocabular” (BECHARA, 2009).

Os processos não-concatenativos de formação de palavras, também denominados processos marginais de formação de palavras, mostram que o português emprega categorias morfoprosódicas para gerar um novo vocábulo. De acordo com Gonçalves (2004b), essas operações são: a Reduplicação (*pula-pula*, brincadeira de criança), o Truncamento (*japa*, para *japonês*), o Cruzamento Vocabular (*apartamento*, junção das bases *apartamento* e *aperto*), a Hipocorização (*Cris*, para *Cristina*) e a Siglagem (*COI*, para *Comitê Olímpico Internacional*).

Alguns autores, como Spencer (1991) e Gonçalves (2005), defendem que os processos não-concatenativos não sejam analisados tendo como base apenas morfologia pura, mas a interação de dois níveis linguísticos – o morfológico e o fonológico –, uma vez que a perda de massa fônica de uma palavra produz um novo item lexical. Dessa maneira, é possível afirmar que operações morfológicas, muitas vezes, “ultrapassam os terrenos da própria morfologia e acessam conteúdos fonológicos, acarretando o que chamamos de estudos de interface ou, mais especificamente, interface morfologia-fonologia” (LIMA & THAMI DA SILVA, 2011: 77).

Este trabalho analisa o processo da Siglagem pela ótica da Teoria da Otimalidade, modelo teórico postulado por McCarthy & Prince (1993) e Prince & Smolensky (1993), mais especificamente os acrônimos constituídos por três letras. Adota-se, neste artigo, a nomenclatura proposta por Abreu (2009), segundo a qual siglas soletradas são denominadas alfabetismos (*EPI*, para *Equipamento de Proteção Individual*), e siglas lidas como palavras da língua são chamadas de acrônimos (*CUT*, para *Central Única de Trabalhadores*).

Defende-se, a partir dessa divisão, que acrônimos são palavras fonológicas e, como tais, ajustam-se aos diversos padrões fonológicos pelos quais qualquer palavra da língua passa. O acrônimo *PUC* (*Pontifícia Universidade Católica*), por exemplo, é

pronunciado com a epêntese de [i] após o segmento obstruinte [k]¹, visto que consoantes oclusivas, em português, não podem ocupar a posição de coda (CÂMARA Jr, 1970). O segmento obstruinte, com a epêntese, passa a figurar no ataque silábico, posição que lhe é própria, produzindo-se o dissílabo paroxítono [ˈpu.ki].

Esta pesquisa, como já se afirmou, terá como foco o estudo dos acrônimos, uma vez que estes são, de fato, palavras morfológicas e fonológicas da língua². Por uma questão de espaço, optou-se por uma análise restrita a formações acronímicas de três letras. Espera-se que este trabalho evidencie que o estudo da realização fonética dos acrônimos pode trazer à tona características da fonologia do português brasileiro.

No que concerne à prática metodológica, levantamentos de dados foram feitos em dicionários eletrônicos, como o Aurélio e o Houaiss, por meio das ferramentas de busca que as obras apresentam; em gramáticas tradicionais e manuais de morfologia do Português; em jornais, revistas e sites de busca; e em situações de fala real.

Como apenas acrônimos serão contemplados na análise, foi necessária a aplicação de teste de leitura a diversos informantes para que se chegasse à conclusão de quais formações são acrônimos e quais são alfabetismos. Realizou-se um teste, com 24 enunciados, contendo siglas de todas as combinações possíveis de V e C, em que “C” se refere à palavra “consoante”, e “V”, à “vogal”, para formatos de três letras: CVV, CCV, CCC, VCC, VVC, VVV, VCV e CVC. Selecionaram-se 3 siglas para cada formato, ou seja, 24 siglas, como já mencionado. Os enunciados foram trechos, retirados de *sites* da internet, que continham uma sigla, como, por exemplo: “A DRE coordena, assina e centraliza os registros e controles acadêmicos e a emissão de documentos a eles relativos.”.

O objetivo dos testes foi verificar como os informantes pronunciavam as siglas contidas nos enunciados apresentados, para que, dessa forma, acrônimos e alfabetismos pudessem ser separados. Cada teste foi lido por 10 informantes (5 homens e 5 mulheres, todos maiores de 16 anos), totalizando 240 dados para análise. Os dados foram gravados em formato digital (aparelho de telefone celular com esse recurso) e posteriormente transcritos, considerando-se a escuta por parte do pesquisador. As transcrições fonéticas foram feitas com base nos símbolos do Alfabeto Fonético Internacional, o IPA³.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, apresenta-se uma visão geral a respeito do processo da Siglagem no português brasileiro. Na seção seguinte, abordam-se os principais dispositivos da Teoria da Otimidade e seus mecanismos. Na sequência, parte-se para a análise otimalista dos acrônimos de três letras selecionados para este estudo e, por fim, seguem-se as considerações finais.

1. As siglas no português brasileiro

Nesta seção, expõem-se as visões de alguns estudiosos que já trataram da formação de siglas em português. Foram selecionados os trabalhos de Cunha (1985), Alves (1990), Rocha (1998), Gonçalves (2004a), Cristófar-Silva (2011), Abreu (2004) e Abreu (2009).

¹ Sabe-se que o processo fonológico em que ocorre o acréscimo de som ou sílaba no final de uma palavra chama-se paragoge. No entanto, neste trabalho, seguindo diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Teoria da Otimidade (p. ex., Collischonn, 2004; Gonçalves, 2004b), chama-se epêntese qualquer inserção de segmento, independente da posição em que é inserido.

² Os alfabetismos devem ser compreendidos apenas como palavras morfológicas, já que são encarados, muitas vezes, como formas primitivas. O alfabetismo *PDT*, por exemplo, origina a palavra derivada por sufixação *pedetista*, ou seja, aquele que é filiado ao *PDT* (*Partido Democrático Trabalhista*).

³ Transcrição fonética de acordo com o dialeto carioca, uma vez que os informantes do teste adotam essa variedade linguística.

Cunha (1985) afirma que existe um processo de criação vocabular que consiste em reduzir títulos a siglas, constituídas das letras iniciais das palavras que os compõem. O autor salienta que muitas instituições são, em geral, mais conhecidas pelas siglas que pelas denominações completas. Cunha chama a atenção para o fato de que a sigla, após criada e empregada, passa a ser compreendida como palavra primitiva, capaz de formar derivados, como ocorre em *pedessista*, que vem de *PDS*, ou seja, aquele que é filiado ao *Partido Democrático Social*, partido já extinto no Brasil. O registro do autor é pioneiro na literatura pedagógica, até porque o foco não incide sobre a questão ortográfica, como a maior parte dos autores fazia quando tratava de siglas, mas dentro do assunto “processo de formação de palavras”.

Analisando a formação de neologismos, Alves (1990) emprega sigla e acrônimo como sinônimos e os descreve por seu emprego na língua escrita. Para a autora, siglas inserem-se na classe dos nomes, flexionam-se e derivam novos itens lexicais. Segundo ela, a derivação ocorre em virtude de a sigla já estar em domínio público.

Rocha (1998), expondo “outros processos de formação de palavras”, fala de *derivação siglada* ou *acronímia* e postula que as derivações sigladas são palavras da língua.

Para o autor, as derivações sigladas são palavras da língua por alguns motivos: a capacidade de produzir novos itens lexicais e o fato de essas derivações serem empregadas com muita frequência, como é o caso de *CPF*, *INSS*, *CEP* etc. Ademais, em certos contextos, as siglas assumem característica polissêmica, como ocorre com *Ibope* (*Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística*) em *A aula do professor José dá muito ibope*.

Rocha assevera, além disso, que não se deve confundir derivação siglada com abreviatura. Segundo ele, o resultado da abreviatura não se constitui em uma nova palavra da língua, porque não tem existência na linguagem oral, sendo um recurso apenas da linguagem escrita.

Conforme Gonçalves (2004a), a possibilidade de anexação de afixos às siglas evidencia que a Siglagem é um processo em que predomina a função lexical. Além disso, de acordo com o autor, trata-se de um processo de fusão cujo produto tem a finalidade de nomear uma nova entidade, o que favorece a lexicalização, confirmando sua função lexical. Gonçalves acrescenta que uma característica que define as siglas é o fato de serem maciçamente formadas na modalidade escrita, ainda que algumas poucas sejam utilizadas, na fala, como eufemismos, a exemplo de *FDP* (*filho da puta*).

Cristófaros-Silva (2011), no verbete *siglagem* de seu *Dicionário de Fonética e Fonologia*, apresenta o fenômeno como a “combinação de iniciais de sons que ocorrem em uma ou mais palavras também denominado redução sintagmática, acronímia ou abreviação” (CRISTÓFARO-SILVA, 2011: 201). A linguista afirma que a sigla pode ser pronunciada com os sons das letras que a compõe, como é o caso de *UFMG* (*Universidade Federal de Minas Gerais*), ou como se fosse a leitura de uma palavra, como acontece em *USP* (*Universidade de São Paulo*). Além disso, Cristófaros-Silva argumenta que “a siglagem se ajusta ao comportamento fonológico geral da língua podendo evidenciar a aplicação de fenômenos fonológicos” (CRISTÓFARO-SILVA, 2011: 201). Essa informação, para este trabalho, é relevante, uma vez que um dos objetivos deste artigo é evidenciar a aplicação de fenômenos fonológicos na formação de acrônimos.

Abreu (2004), em sua dissertação de mestrado, afirma que siglas e acrônimos flexionam-se em número, e que pode ser indicado pelo aspecto gráfico. Essa indicação de plural é feita pelo acréscimo do <S> minúsculo, como se observa em *ONGs* e *CDs*.

Isso significa que siglas e acrônimos adquirem as mesmas características de um nome da língua, visto que o acréscimo de <S> é o procedimento mais comum de flexão de número em português.

A autora, no levantamento de problemas para a pesquisa, constata que não há possibilidade de se proceder à análise de siglas por meio de morfemas, já que não existem critérios para decompor um acrônimo em unidades menores de som e significado, vindo daí o estatuto de processo não-morfêmico. Ademais, o acrônimo não possui base e afixos que permitam que os elementos formadores sejam comparados. Cada formação de sigla é única dentro de um contexto determinado, pois seus constituintes – as letras – assumem um sentido em cada formação.

Para explicitar os problemas mencionados, Abreu cita, como exemplos, as formações *MST* (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*), *FMI* (*Fundo Monetário Internacional*) e *CVM* (*Comissão de Valores Mobiliários*), nas quais a letra <M> aparece como [ˈẽ.mi] em posição inicial, intermediária e final, respectivamente. No primeiro caso, significa “movimento”; no segundo, “monetário”; no terceiro, “mobiliários”. Como se pode verificar, o significante [ˈẽ.mi] é o mesmo, entretanto o significado é opaco.

Outro aspecto importante abordado por Abreu é o fato de o processo de formação de siglas ser marcado pela intencionalidade do criador. De maneira distinta do que ocorre nos processos de morfologia produtiva, as siglas são produzidas de forma não intuitiva. Além disso, as siglas apresentam, ao contrário da maioria das formações morfológicamente complexas, significado opaco, uma vez que este somente pode ser determinado pelo conhecimento prévio do usuário.

A semelhança das siglas com palavras primitivas – aquelas que evidenciam a arbitrariedade do signo – se dá, conforme Abreu, em virtude de as siglas apresentarem significado opaco. Não se pode prever, por exemplo, que a sigla *RCC* esteja relacionada à *Renovação Carismática Católica*, visto que não existe “regra capaz de exprimir como associar essa sequência sonora a esse significado” (ABREU, 2004: 48).

No que tange à indicação de categorias gramaticais, as siglas podem flexionar-se em número, como já se ressaltou. Com relação ao gênero, as siglas seguem, normalmente, o primeiro nome do intitutivo a que se referem, como ocorre em “o *SBT*” (*Sistema Brasileiro de Televisão*). A sigla, contudo, pode sofrer variação de gênero quando o leitor-falante-ouvinte perde a noção da origem do acrônimo e de seu significado. A sigla *EJA*, por exemplo, significa *Educação de Jovens e Adultos* e não é incomum que se ouça alguém dizendo algo como “Ele leciona na turma do *EJA*”.

Em tese de doutorado intitulada *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*, Abreu (2009) emprega o termo “sigla” de forma genérica, já que este pode aludir a construções soletradas ou a formações pronunciadas como palavra.

A autora constata que as siglas constituem-se por padrões variados, com distintas estruturas. Partindo desse fato, Abreu conclui:

Dessas estruturas, surgem dois tipos de sigla: a sigla que forma um *acrônimo* e a sigla que forma um *alfabetismo*. Assim, *acrônimo* é a sigla cuja sequência de letras consoantes e letras vogais exibe padrão silábico do português e permite, dessa forma, a pronúncia de uma palavra normal. *Alfabetismo* é a sigla cuja sequência de letras consoantes não permite que surja uma estrutura possível de ser pronunciada em português, o que leva à pronúncia letra a letra, ou seja, soletrada (ABREU, 2009: 15).

Uma vez que já foram feitas as principais explicações no que toca ao processo de formação de siglas em português, apresentar-se-ão, na próxima seção, os principais mecanismos da Teoria da Otimalidade, teoria que fundamenta este trabalho.

2. A Teoria da Otimalidade

Surgida nos anos 90, a Teoria da Otimalidade (doravante TO) tem os trabalhos de McCarthy & Prince (1993 a,b) e de Prince & Smolensky (1993) como marcos iniciais. “A TO é um modelo paralelista que trabalha com a avaliação de formas a partir de uma hierarquização de restrições, que objetiva, por sua vez, checar possíveis candidatos a *output*” (LIMA, 2008: 27). Essas restrições possuem caráter universal, ou seja, podem ser aplicadas em quaisquer línguas. É importante notar, ademais, que uma abordagem por meio da TO pode ser vantajosa em relação a outras, em virtude de as restrições serem passíveis de violação, sendo esta fruto da satisfação a outro restritor mais bem cotado na hierarquia.

Conforme Schwindt (2005: 258), a opção pelas restrições universais violáveis confere à TO “um caráter mais econômico, além do ganho explicativo, na medida em que cresce em universalidade”. Nas abordagens serialistas, a violabilidade pressupõe agramaticalidade; na TO, no entanto, a violação pode gerar um resultado gramatical. As restrições são violáveis; o grau de violação, contudo, é mínimo.

O ranqueamento é uma propriedade essencial para que se pense na ideia de gramática na TO. Conforme já dito sobre a teoria, há uma gramática universal, “que é representada pelo conjunto de restrições, e, além da gramática universal, existe a particular, representada pelo ranqueamento dessas restrições nas distintas línguas” (LIMA, 2008: 28). Nessa ótica, portanto, o que diferencia as línguas é o fato de ranquearem um conjunto de restrições de distintas maneiras.

No que concerne à geração de candidatos a *output*, nas palavras de Schwindt (2005: 260), “a geração de candidatos deve ser suficientemente restrita de forma a não produzir expressões ou análises que não respeitem propriedades gerais de boa formação”. Todavia, o princípio que gera candidatos em TO é universal, logo pode ser apresentada como um candidato qualquer porção de estrutura linguística.

Quanto à eleição do candidato ótimo, esta ocorre por meio de uma avaliação que considera, em paralelo, a totalidade de candidatos e todo o *ranking* de restrições. Dessa forma, conclui-se que a TO, em sua versão dita clássica, não concebe derivação e opõe-se, portanto, às teorias que a precederam.

A análise por meio da TO acontece com a disposição dos candidatos e das restrições em um *tableau*. Essa expressão é empregada para designar tabelas “que contêm, na horizontal, as restrições, hierarquizadas por relações de dominância e, na vertical, os *outputs* possíveis, a partir de um dado *input*” (LIMA, 2008: 34).

A seguir, em (01), verifica-se o funcionamento de um *tableau*:

(01)

/besta/	*COMPLEX	NO-CODA
a. \curvearrowright bes.ta		*
b. be.sta	*!	

Como se observa, o candidato “b” foi eliminado da disputa, pois infringe a restrição mais alta da hierarquia, *COMPLEX, já que *be.sta* apresenta um ataque com dois segmentos na segunda sílaba, e essa restrição desfavorece ataques complexos. A infração é marcada por meio de um asterisco (*) e, nesse caso, indica uma violação

fatal, representada por um ponto de exclamação (!), uma vez que o candidato “b” está fora da competição a partir daquele ponto de análise. Mesmo violando um restritor ao permitir uma consoante travando a primeira sílaba, o candidato “a” sai como vitorioso, porque o restritor NO-CODA, que desfavorece codas, é menos cotado na hierarquia que *COMPLEX. O candidato vencedor é apontado pelo símbolo ☞, e as células sombreadas indicam que ali o mecanismo de avaliação é inoperante.

3. Análise dos acrônimos de três letras por meio dos mecanismos da TO

Há oito formatos possíveis para a constituição das siglas de três letras:

(i) CCC (Consoante-Consoante-Consoante)

Exemplos: *FND*, para *Faculdade Nacional de Direito*; *PDT*, para *Partido Democrático Trabalhista*; *CVM*, para *Comissão de Valores Mobiliários*.

(ii) CCV (Consoante-Consoante-Vogal)

Exemplos: *TSE*, para *Tribunal Superior Eleitoral*; *FMI*, para *Fundo Monetário Internacional*; *TCE*, para *Tribunal de Contas do Estado*.

(iii) CVV (Consoante-Vogal-Vogal)

Exemplos: *CEI*, para *Comunidade dos Estados Independentes* ou *Conselho Espírita Internacional*; *FIA*, para *Fundação para a Infância e a Adolescência*; *CEA*, para *Companhia de Eletricidade do Amapá*.

(iv) VVV (Vogal-Vogal-Vogal)

Exemplos: *EUA*, para *Estados Unidos da América*; *OEA*, para *Organização dos Estados Americanos*; *IAE*, para *Instituto de Aeronáutica e Espaço*.

(v) VVC (Vogal-Vogal-Consoante)

Exemplos: *OAB*, para *Ordem dos Advogados do Brasil*; *UEM*, para *Universidade Estadual de Maringá*; *UEL*, para *Universidade Estadual de Londrina*.

(vi) VCC (Vogal-Consoante-Consoante)

Exemplos: *USP*, para *Universidade de São Paulo*; *ANP*, para *Agência Nacional do Petróleo*; *ILP*, para *Instituto do Legislativo Paulista*.

(vii) CVC (Consoante-Vogal-Consoante)

Exemplos: *CEG*, para *Companhia Estadual de Gás*; *CUT*, para *Central Única de Trabalhadores*; *SUS*, para *Sistema Único de Saúde*.

(viii) VCV (Vogal-Consoante-Vogal)

Exemplos: *UTI*, para *Unidade de Terapia Intensiva*; *UPA*, para *Unidade de Pronto Atendimento*; *UFE*, para *União Fabril Exportadora*.

Dos oito formatos apresentados, o teste de leitura indicou que três são sempre alfabetismos: CCC, CCV e VVV. As siglas que se estruturam conforme o formato CVC, porém, sempre constituem acrônimos. Os outros quatro formatos são variáveis em termos de realização fonética, podendo ser alfabetismos ou acrônimos, a depender do tipo de som que a letra representa e do ambiente em que se encontra.

Vale ressaltar que este trabalho, para fins de análise, contempla apenas acrônimos de três letras, entretanto não será possível, por uma questão de espaço,

analisar muitos acrônimos. Sendo assim, selecionaram-se apenas duas formações acronímicas: *CEG*, que se estrutura segundo o formato CVC, o qual sempre gera acrônimos, e *CEA*, que segue o formato CVV.

Como já mencionado, o padrão CVC sempre constitui acrônimos. Estes podem ser dissilábicos (com duas sílabas leves), a exemplo de *CEG*, que se realiza foneticamente como [ˈsɛ.gɪ], ou monossilábicos (com uma sílaba pesada), como ocorre em [ˈkɔw], para *COL* (*Comitê Organizador Local*).

No que tange aos acrônimos de duas sílabas, no formato em questão, pode-se afirmar que são sempre paroxítonos e que há epêntese junto ao segmento obstruinte. Dessa forma, o acrônimo *FAB* (*Força Aérea Brasileira*) é pronunciado como [ˈfa.bi], e *CEF* (*Caixa Econômica Federal*), como [ˈsɛ.fi].

Quanto aos acrônimos monossilábicos, estes, como já se afirmou, são constituídos por uma sílaba pesada. Collischonn (2005) afirma que “rimas constituídas somente por uma vogal são leves e rimas constituídas por vogal + consoante ou por vogal + vogal (ditongo ou vogal longa) são pesadas” (COLLISCHONN, 2005: 105). Nessa ótica, pode-se definir a diferença entre sílabas leves e pesadas como uma diferença entre sílabas com rima não-ramificada e sílabas com rima ramificada. Dessa forma, siglas como *PAN* (*Partido dos Aposentados da Nação*), *SUS* (*Sistema Único de Saúde*), *DAS* (*Divisão Antissequestro*) e *COL* (*Comitê Organizador Local*) constituem acrônimos que são monossílabos pesados, apesar de Bisol admitir que, em caso de flexão de número, sibilantes finais não constituem unidades morais em português (BISOL, 1994).

No que concerne ao formato CVV, os dados mostrados no teste permitem que se afirme, em linhas gerais, que a tendência geral é a formação de acrônimos. A exceção se dá quando as vogais forem idênticas, ocorrendo, então, a formação de alfabetismos.

Nos casos de formação de acrônimos, podem ocorrer:

(i) monossílabos pesados com formação de ditongo decrescente, a exemplo de *COI* (*Comitê Olímpico Internacional*): [ˈkɔj];

(ii) dissílabos em que há, na primeira sílaba, a inserção de um *glide* ambissilábico para a produção de ditongos fonéticos, como se dá em *CEA* (*Companhia de Eletricidade do Amapá*): [ˈsɛj.jɐ].

É importante salientar que a inserção de *glide* no segundo tipo de acrônimo possível para o formato CVV ocorre a fim de que seja gerada uma palavra nos padrões fonológicos do português brasileiro. Se V1 for <E>, <I>, <O> ou <U> e V2 for <A>, há a inserção da semivogal e a constituição de um ditongo decrescente na primeira sílaba. Em português, palavras como “broa” ([ˈbrow.wɐ]) e “coa” ([ˈcow.wɐ]) (do verbo “coar”) inserem-se nesse caso, pois, ortograficamente, não existe semivogal, porém sabe-se que o *glide* ambissilábico é realizado na fala carioca (RODRIGUES, 2007). Esse fenômeno também acontece, por exemplo, em “pia” ([ˈpij.jɐ]) e em “lua” ([ˈluw.wɐ]). Esse é mais um fato que evidencia que acrônimos são palavras da língua, já que se ajustam aos padrões fonológicos de quaisquer outras palavras do português.

No caso da formação de ditongos no formato CVV, a vogal <E> pode ser realizada com o timbre aberto ou fechado. Dessa maneira, em um acrônimo como *FEA* (*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade*)⁴, a vogal realiza-se com o timbre aberto; já em um acrônimo como *CEI* (*Comunidade dos Estados Independentes*), a vogal é produzida com o timbre fechado.

⁴ Em *FEA* dá-se a formação de um ditongo fonético nas duas sílabas – um decrescente seguido de um crescente: [ˈfɛj.jɐ].

Dessa observação, vem à tona um dado fonológico que se refere ao português brasileiro: não existem ditongos decrescentes que contêm a vogal [ɛ] e a semivogal [j] em monossílabos. Palavras como *rei*, *lei*, *sei* explicitam que um acrônimo como *CEI* só poderia ser pronunciado com a vogal média fechada, fato que ajuda a confirmar a ideia de que acrônimos se submetem aos diversos padrões fonológicos pelos quais se submete qualquer outra palavra da língua.

Nos dados observados no teste, o acrônimo *COA* (*Centro de Oftalmologia Avançada*) chamou a atenção porque foi pronunciado pelos informantes com a vogal média fechada ([ˈkɔw.wɛ]), fato que contraria uma generalização observada nos dados: nos acrônimos, vogais médias em posição tônica são sempre abertas, com exceção feita ao caso de *CEI*, já mencionado.

O fato de a pronúncia de *COA* ser realizada com a vogal média fechada evidencia outra questão fonológica presente na realização fonética de acrônimos: não há, em português, palavras que contêm a sequência [ɔwɛ]. Na língua portuguesa, esse encontro vocálico é produzido sempre com a vogal média fechada: *boa*, *coa*, *doa*, *moa*, *roa*, *soa*, *toa* e *voa*. A realização do acrônimo *COA* com a vogal média fechada confirma, pois, a ideia central deste trabalho: acrônimos são palavras fonológicas, submetendo-se aos processos fonológicos a que qualquer palavra da língua se submete.

Uma vez que o *glide* é realizado foneticamente nas duas sílabas dos acrônimos *FEA* (*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade*), *CEA* (*Companhia de Eletricidade do Amapá*) e *FIA* (*Fundação para a Infância e a Adolescência*), por exemplo, é fundamental que haja uma restrição que faça bloquear candidatos que sejam realizados sem glide, como [ˈfi.ɐ] em vez de [ˈfi.jɐ], para o acrônimo *FIA*. Sendo assim, o restritor STRESS-TO-WEIGHT (STW)⁵ (HOLT, 1997: 81), segundo o qual toda sílaba portadora de acento primário é pesada, será necessário no *ranking* para cumprir a função de bloquear candidatos que contêm sílabas acentuadas que não sejam pesadas. O citado candidato [ˈfi.ɐ] viola uma vez STW, pois a sílaba acentuada é leve.

Como já mencionado, os dados obtidos com o teste mostraram uma tendência geral na realização fonética dos acrônimos: as vogais médias que se encontram na sílaba tônica são sempre abertas, como acontece em *FEA* e *CEA*. Esse fato fez com que se tivesse de formular outra restrição, que será chamada OPEN-TO-STRESS (OTS): Abertura ao acento. Essa restrição foi elaborada com base nas já citadas STRESS-TO-WEIGHT (Acento leva peso) (HOLT, 1997) e WEIGHT-TO-STRESS (Peso ao acento) (PRINCE & SMOLENSKY, 1993). Conforme essa restrição, as vogais médias acentuadas devem ser abertas, o que constitui uma tendência em português, sobretudo em proparoxítonos (*pérola*, *cócegas*) e paroxítonos terminados em consoante (*estéril*, *fóssil*). A atuação desse restritor impediria, por exemplo, que viesse à superfície o candidato [ˈfej.jɐ], realizado com a vogal média fechada.

Uma vez feitas algumas observações morfofonológicas relevantes no que toca às siglas de três letras, deve-se proceder à análise dos acrônimos por meio dos mecanismos da TO. Para isso, é necessário que sejam formuladas as restrições, algumas já explicitadas, e que estas sejam ranqueadas. Abaixo, em (03), enumeram-se as restrições relevantes na análise:

(03)

CODA-COND [+ soante / - soante, + contínuo, + coronal] (Condições sobre a coda): Na posição de coda, só são permitidos segmentos soânticos (nasais, líquidas e vogais) e

⁵ Não se deve confundir STRESS-TO-WEIGHT com WEIGHT-TO-STRESS, restrição segundo a qual toda sílaba pesada porta acento primário (PRINCE & SMOLENSKY, 1993: 56)

sibilantes (fricativas alveolares e álveo-palatais); oclusivas e fricativas labiais são penalizadas nessa posição (LEE, 1999).

Violação: quando oclusivas e fricativas labiais aparecerem na posição de coda.

TROCHEE (TROQUEU): Todo pé tem duas moras, estejam elas localizadas em uma mesma sílaba ou em sílabas distintas. Nesse último caso, a sílaba proeminente está à esquerda (RONDININI, 2009: 104).

Violação: sempre que um pé dissilábico não apresentar cabeça na sílaba inicial ou houver formação de um pé constituído apenas por uma sílaba leve.

*MID]_{MWd}: Palavras morfológicas não podem terminar em vogal média.

Violação: quando palavras morfológicas terminarem em vogais médias (LEE & OLIVEIRA, 2006).

STRESS-TO-WEIGHT (STW): Toda sílaba acentuada deve ser pesada.

Violação: Toda sílaba leve acentuada deve receber infração.

OPEN-TO-STRESS (OTS): Abertura ao acento: as vogais médias acentuadas devem ser abertas.

Violação: quando as vogais médias acentuadas forem fechadas.

DEP-IO (Dependência do *input* no *output*): nenhum segmento deve ser inserido; não pode haver qualquer tipo de acréscimo no *output*.

Violação: quando houver epêntese.

A seguir, em (04), as restrições estão hierarquizadas:

(04)

CODA-COND >> TROCHEE >> *MID]_{MWd} >> STW >> OTS >> DEP

Abaixo, em (05), segue a análise do acrônimo *CEG* (*Companhia Estadual de Gás*)⁶:

(05)

CEG	CODA-COND	TROCHEE	*MID] _{MWd}	OTS	DEP
a) σ [('sɛ.gi)]					*
b) [('se.gi)]				*!	*
c) [('sɛg)]	*!				
d) [(sɛ.'gi)]		*!			*
e) [('sɛ.ge)]			*!		*

A análise mostra que o candidato “c” sai da competição ao infringir CODA-COND, em virtude de apresentar, na posição de coda, um segmento oclusivo ([g]). O candidato “d”, na sequência, deixa a disputa ao violar TROCHEE, já que se caracteriza por constituir um pé dissilábico com proeminência à direita (iambo). O candidato “e” infringe *MID]_{MWd}, porque apresenta a vogal média [e] na borda direita da palavra, o que é proibido pela restrição e, por isso, é eliminado da competição. A seguir, “b”

⁶ Nos *tableaux*, optou-se por uma análise mais enxuta, portanto serão dispostas apenas as restrições atuantes na análise em questão.

também é eliminado, pois viola OPEN-TO-STRESS, restrição que postula que as vogais médias acentuadas sejam abertas, por apresentar, na sílaba acentuada, vogal média realizada com o timbre fechado. Assim, o candidato “a” emerge como vitorioso, ainda que viole DEP uma vez, já que há epêntese de [ɪ].

O formato CVC, como já comentado, apresenta duas formações possíveis: dissílabos paroxítonos com epêntese de [ɪ], como é o caso de *CEG*, e monossílabos pesados, como é o caso *COL*. A análise realizada para *CEG* também vale para os demais acrônimos de três letras que seguem o formato CVC e são dissílabos paroxítonos caracterizados pela epêntese de [ɪ], tal como *CUT* ([ˈku.tʃɪ]).

Segue abaixo, em (06), a análise do acrônimo *CEA* (*Companhia de Eletricidade do Amapá*):

(06)

CEA	TROCHEE	STW	OTS	DEP
a) ☞ [(ˈsɛj.jɐ)]				*
b) [(ˈsej.jɐ)]			*!	*
c) [(ˈsɛ.ɐ)]		*!		
d) [(se.ˈa)]	*!	*		

O *tableau* em (06) evidencia que o primeiro candidato a infringir uma restrição é “d”, por ser um dissílabo com proeminência à direita. O candidato “c”, na sequência, é eliminado por STRESS-TO-WEIGHT, visto que a sílaba acentuada é leve. A seguir, “b” deixa a disputa ao infringir OPEN-TO-STRESS pelo fato de a sílaba que porta o acento apresentar vogal média fechada. Nesse momento, então, [(ˈsɛj.jɐ)] emerge como *output* ótimo do acrônimo *CEA*, a despeito de violar DEP por conta da epêntese de um [j] ambissilábico.

Conclusão

Como mencionado na Introdução, os processos não-concatenativos – a Siglagem é um desses processos – não constituem “morfologia pura”, mas “morfologia fonológica”, fato que explicita a ideia de que a interface Morfologia-Fonologia deve ser considerada na análise desses processos, pois a integração de primitivos morfológicos com primitivos prosódicos explica a regularidade das operações não-aglutinativas.

Postulou-se, neste trabalho, de acordo com a divisão proposta por Abreu (2009), que acrônimos, além de serem palavras morfológicas por também servirem de base para outras formações (*PUC* >> *puquiano*), constituem palavras fonológicas, pelo fato de se ajustarem aos diversos padrões fonológicos pelos quais qualquer palavra da língua passa (epêntese, formação de ditongos, abertura de vogais médias, entre outros).

Sendo assim, com o estudo da realização fonética de acrônimos, confirmam-se aspectos relativos à fonotática da língua, como, por exemplo, a inexistência do ditongo aberto [ɛj] em final de palavra (fato confirmado pelo acrônimo *CEI*, pronunciado com a vogal média fechada); a impossibilidade de segmentos oclusivos na posição de coda (a inserção de [ɪ] junto ao segmento oclusivo [k] no acrônimo *PUC* confirma essa impossibilidade); a inserção de *glide* para que se formem ditongos fonéticos (questão evidenciada no acréscimo de [j] junto à vogal média aberta [ɛ] no acrônimo *CREA*, para *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*), entre outros aspectos levantados.

Referências bibliográficas

- ABREU, K. N. M. de. *Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil: a formação de siglas e de acrônimos*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2004.
- ABREU, K. N. M. de. *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009.
- ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico. *Letras de hoje*, 98 (1): 25-36, 1994.
- CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica e restrições de acento no português do sul do Brasil. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 7/1, p. 61-78, jun. 2004.
- COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p. 135-169.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- GONÇALVES, C. A. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004a.
- GONÇALVES, C. A. Condições de minimalidade no molde da hipocorização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 10-32, 2004b.
- GONÇALVES, C. A. Relações de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 75-119, 2005.
- GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; RONDININI, R. B. Glossário comentado de restrições. In: GONÇALVES, C. A. *et alii*. (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 229-249.
- GONÇALVES, C. A. Interface morfologia-fonologia: teorias, abordagens e temas. *Cadernos de Letras da UFF*, 2013.
- HOLT, D. E. *The role of the listener in the historical phonology of Spanish and Portuguese: an optimality-theoretic account*. Washington, D. C.: Georgetown University, 1997.

LEE, S. H. Teoria da Otimalidade e silabificação do PB. In: IBLER, V. B.; MENDES, E. A.; OLIVEIRA, P. (Orgs.). *Revisitações: edição comemorativa dos 30 anos da FALE / UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, p. 143-156, 1999.

LEE, S. H.; OLIVEIRA, M. A. Teorias fonológicas e variação linguística. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 3, p. 41-67, 2006.

LIMA, B. C. *A formação de 'Dedé' e 'Malu': uma análise otimalista de dois padrões de Hipocorização*. Dissertação (Mestrado em Letras (Letras Vernáculas)), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, B. C.; THAMI DA SILVA, H. Processos não-lineares de formação de palavras: os “mal-comportados” do português. *Revista Souza Marques*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 24, 2011.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. *Prosodic Morphology I: constraint interaction and satisfaction*. Cambridge: Rutgers University, Center for Cognitive Science, 1993a.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. Generalized Alignment. In: BOOIJ, G. E.; MARLE, J. (orgs.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, p. 79-153, 1993b.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. New Brunswick: University of Rutgers, 1993.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RODRIGUES, M. C. *O hiato no português: a tese da conspiração*. Dissertação (Mestrado em Letras (Letras Vernáculas)), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

RONDININI, R. B. *O acento primário no latim clássico e no latim vulgar: o tratamento da mudança na perspectiva da Teoria da Otimalidade*. Tese (Doutorado em Letras (Letras Vernáculas)), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SCHWINDT, L. C. Teoria da Otimalidade e fonologia. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p. 257-279.

SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Brasil Blackwell, 1991.